

VI Simpósio Amazônia: Desenvolvimento Regional Sustentável (Regiões Norte e Nordeste), ocorrido na Câmara dos Deputados em 06 de novembro de 2012.

Relatório

Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados



INTRODUÇÃO

O evento foi organizado pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, com a participação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e o apoio da CNI e do Sistema CNC-SESC-SENAC.

Este relato tem o objetivo de: 1 - expor as principais preocupações de setores da sociedade brasileira, relacionadas ao atraso histórico no desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste do País e à insistência em um modelo de economia que tem sacrificado as bases de recursos naturais e de serviços ambientais das regiões e perpetuado um quadro social perverso e inaceitável; e 2 –contribuir com o governo brasileiro na elaboração de suas políticas públicas, a partir das análises e sugestões de fortalecimento de algumas dessas políticas e de alteração na orientação de outras apresentadas no decorrer do evento.

O conteúdo do texto expressa pontos principais levantados no Simpósio por palestrantes do mais alto gabarito, entre acadêmicos, pesquisadores, parlamentares, dirigentes do governo e especialistas do terceiro setor.

As análises sobre as regiões Norte e Nordeste são apresentadas algumas vezes de forma conjunta e outras separadamente, da maneira como foram abordadas no Simpósio. Procurou-se apenas agregar manifestações sobre o mesmo assunto sob títulos e subtítulos, de forma a facilitar o acompanhamento da leitura.

1 – CENÁRIOS PARA AS REGIÕES NORTE E NORDESTE SOB AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS

Os cenários para as duas regiões sob as mudanças climáticas foram apresentados pelo Deputado Sarney Filho.

Como o resto do mundo, disse ele, o Brasil está vivendo os efeitos das mudanças climáticas. Projeções de cenários futuros mostram que o País experimentará impactos diferenciados nas diferentes regiões.



Segundo o Índice Mundial de Vulnerabilidade a Mudanças Climáticas, os países com maior risco são os que apresentam altos índices de pobreza e que dependem de condições climáticas para a agricultura.

O Brasil não está entre os países de extremo risco, mas entre os de alto risco, devido à possibilidade de grandes alterações de temperatura, precipitação e umidade nas próximas três décadas, sendo as regiões do leste do País as mais vulneráveis.

Embora apenas 30% do Brasil esteja sob extrema ou alta exposição a mudanças climáticas, esses 30% representam vastas áreas de terras, a segunda maior de todos os países incluídos no índice. Isto, somado a fatores de infraestrutura precária e regiões de extrema pobreza, pôs o País entre os considerados de alto risco.

A respeito desses dados, o Senador Wellington Dias afirmou que as consequências previstas por nossos cientistas certamente irão custar cada vez mais caro para a sociedade e questionou que os gastos sejam de apenas 6,9 bilhões dólares, uma vez que o Brasil tem gasto, nos últimos anos, 4 a 5 bilhões de reais a cada ano para atenuar as consequências dos extremos climáticos.

Só na seca de 2012, na Região Nordeste, foram gastos mais de 2 bilhões de reais para fazer esse acompanhamento emergencial, fora o investido na Região Sul e em outras regiões. É um volume significativo de recursos gastos com medidas paliativas.

Diz o Senador: "Então, é preciso uma reflexão. É a nossa geração que tem a responsabilidade ainda de tomar uma decisão. Eu sou Senador pelo Estado do Piauí. O Piauí é um Estado que ainda tem aproximadamente 77% das suas reservas nativas. Se olharmos o mapa do Brasil, no Maranhão e em outras regiões — e na Amazônia é quase a totalidade — vamos encontrar, de um lado, uma região com grande potencial de desenvolvimento. Mas se for aplicado o mesmo modelo de desenvolvimento, não tenham dúvida, vamos ter ampla devastação".

Segundo o Sr. Aloísio Lopes Pereira de Melo, Coordenador de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, é necessário adotarmos políticas públicas capazes de lidar com isso, compreendendo que eventos dessa natureza, mais extremos, tendem a ser muito mais frequentes do que têm sido até então. Vamos ter de lidar com muito mais regularidade com situações como enchentes e secas.



2.1 – Porque a trajetória atual é inviável

Segundo ele, o cenário *business as usual*, ou seja, se nada de diferente for feito, será absolutamente inviável. Trata-se de um futuro que não vai acontecer. E, para que se alcance um cenário viável em termos ambientais, uma revolução nos padrões de produção e consumo vai ter de ser feita. Não se trata de pequena mudança na maneira como se consome ou como se produz. Trata-se de revolucionar padrões no próximo século.

Ele afirma: "A economia verde é uma mudança necessária, é bem-vinda e é um processo inevitável. Se o ser humano quer continuar vivendo num ambiente agradável, num planeta que não seja 10 graus mais quente que este, vamos ter o que fazer. E alguma coisa já está em andamento, em certa medida. Importante: trata-se de uma oportunidade de negócios que o Brasil devia olhar com carinho para desenhar suas políticas daqui para o futuro".

O atual cenário, segundo ele, é inviável. São cerca de 1,3 bilhões de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólares por dia, uma condição de muita pobreza. Ao mesmo tempo, o mundo como um todo gasta 1 trilhão de dólares em subsídios perversos. Desse total, 650 bilhões de dólares são gastos subsidiando combustíveis fósseis, combustíveis que geram o efeito estufa.

Já consumimos recursos naturais relativos a um planeta e meio. Então, já estamos comendo mais do que o planeta consegue regenerar. E as emissões de gases de efeito estufa estão em 47 gigatoneladas de carbono, algo muito acima do que deveríamos emitir hoje.

Qual o cenário para 2030? Se não fizermos nada, o que espera a humanidade? Espera 9 bilhões de habitantes. Então, estamos falando de 2 bilhões a mais de pessoas e um *boom* de demanda de diversos recursos naturais. Aumento da produção de ferro, por exemplo, em 80%. Se a maneira de produzir continuar a mesma de hoje, serão necessários mais de 220 milhões de hectares de terra. Isso vai causar um impacto gigantesco em termos de desmatamento, de ocupação de novas terras, brigas fundiárias, etc. Nesse cenário, nossa pegada ecológica em 2030 não vai mais ser de 1,5, mas de 2,9 planetas. Como sabemos que só há um planeta, esse cenário é inviável.



estamos pensando nessas coisas, isso significa que já temos uma noção de que o mundo, daqui a 30 anos, vai ser diferente do mundo que existe hoje.

No entanto, para verdadeiramente promover o desenvolvimento sustentável, é necessário tirar as agendas do meio ambiente, da educação e da saúde dos Ministérios específicos. A política ambiental não pode ser mais uma política do Ministério do Meio Ambiente. É importante que ela seja uma política do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento. Ela tem de permear todas as agendas, se o objetivo, realmente, for mudar os padrões. Não vai ser com o Ministério do Meio Ambiente sozinho que conseguiremos fazer uma mudança drástica.

Outra situação para a qual teremos de nos preparar é para a precificação do carbono. Vai se chegar a um ponto em que, se não se precificar o carbono, se não se tiver de pagar pelo carbono que se emite, não haverá como induzir as pessoas a reduzirem a sua pegada de carbono e as empresas a inovarem de maneira a reduzirem o componente de carbono de seus produtos.

Nesse sentido, é importante destacar a questão levantada pelo Sr. Sérgio Leitão, Diretor de Políticas Públicas da Organização não Governamental Greenpeace, que questiona a oportunidade do pré-sal diante de uma visão de futuro que provavelmente fará a transição tecnológica, abandonando os combustíveis fósseis.

Ele diz que o Brasil sai de uma previsão de 649 bilhões para alguma coisa em torno de 730 bilhões, investindo no pré-sal, enquanto diminuiu de 90 bilhões para 60 bilhões o investimento em biomassa para produção de etanol. O que está acontecendo hoje como resultado desse tipo de política? Apenas em dois Estados, nessa imensa Federação brasileira, é mais rentável abastecer o carro com etanol. Em dois Estados tão somente. E o que está acontecendo? Há um risco de desabastecimento de gasolina, porque o consumo desse produto cresceu mais de 30%, e o Brasil, além de ter que importar, corre o risco de não ter gasolina para todo mundo abastecer na bomba do posto da esquina.

Então, que política energética é essa que faz com que aquilo que era a razão de um orgulho nacional – o programa do pró-álcool - hoje simplesmente desapareça num mar de recursos destinados a fazer um investimento que o Governo não consegue dizer se é viável, se vai haver retorno, em quanto tempo ele se viabiliza, que é o investimento do pré-sal. Ou seja, nós vamos gastar 730 bilhões de reais em um investimento que a gente não sabe se se viabiliza e em quanto tempo se viabiliza.



resolveu não repassar aumentos de preços internacionais do petróleo para os consumidores. Se tivesse repassado, haveria mais consumo de etanol, que é menos emissor que a gasolina.

Há ainda a questão da infraestrutura. A maneira como se constrói a infraestrutura faz com que o desenvolvimento siga o padrão A ou B nos próximos 20, 50 anos. Então, nas décadas de 50, 60 e 70, o fato de, no Brasil, terem sido construídas só estradas, ao invés de ferrovias, fez com que o País seja hoje um dos países com maior índice de emissão de gás de efeito estufa relacionado à carga. Temos, em quilos transportados, umas das piores matrizes.

E, por fim, no bloco das condições gerais, há a educação. Não há nenhum exemplo de país que tenha se desenvolvido ou que tenha procurado um caminho de desenvolvimento mais sustentável sem ter investido em educação — e em uma educação específica para o desenvolvimento sustentável.

O terceiro bloco é a remoção de barreiras iniciais para o investimento verde. Grande parte das iniciativas de economia verde envolve investimento que se faz no começo, e retorno que se colhe no futuro.

Um exemplo é a construção verde. Hoje em dia, consegue-se construir casas que consomem de 20% a 30% menos energia do que consome uma casa sem nenhuma tecnologia. Em geral, são tecnologias que geram muitos empregos, geram ganhos em bem-estar, ganhos em saúde. Outro exemplo é o investimento em energia eólica e solar que gera ganho em bem-estar e tem menos emissão de gás de efeito estufa. O Brasil tem muito vento, tem muito potencial solar, e a gente poderia investir não só em ter plantas, mas em desenvolver tecnologia. Foi o que a China fez, foi o que a Coreia fez e é a onda que o Brasil está perdendo. O Brasil claramente está atrás em toda essa discussão sobre mercados verdes que estão sendo explorados por outros países.

Na perspectiva do investimento verde, trata-se de olhar para o futuro, de se perguntar quais são as tecnologias do futuro e direcionar investimentos em pesquisa e desenvolvimento para esses setores. É isso que a Coreia do Sul fez muito bem há 20, 30 anos. No Brasil, infelizmente, não há uma política clara de investimento em setores estratégicos que vão ser dinâmicos no futuro.

O que temos pela frente é uma mudança positiva e necessária e é um processo inevitável. O Brasil pode escolher surfar nessa onda, modificar a sua economia para aproveitar novos setores estratégicos, ou pode escolher continuar



cinco planetas. Isso mostra que, realmente, não há possibilidade de o padrão de consumo das elites do planeta ser socializado para o conjunto de toda a sociedade.

Se não há planeta para todo mundo, aquele padrão de consumo só pode sobre-existir, continuar vivendo, se alguém não consumir. Ou seja, a desigualdade, a exclusão social é hoje uma condição necessária para que o atual padrão de consumo se mantenha, porque não haveria, fisicamente, planeta para todo mundo.

Ao contrário, se se deseja um mundo includente, então, esse padrão de consumo, que não é generalizável para toda a pirâmide social, tem de ser repensado. E isso só pode acontecer se houver inclusão.

Na medida em que as nossas políticas públicas forçarem, promoverem a inclusão social — e ela não poderá ser feita no atual paradigma sócio-técnico-produtivo —, isso forçará o aparecimento de novos modos de produção, de novos paradigmas, que terão de ser reinventados. Enquanto for possível manter a ponta da pirâmide como está e fazer o ajuste ambiental mediante a exclusão, a economia verde vai ser falaciosa.

Na medida em que a inclusão social fizer parte do próprio conceito de economia verde, somente aí haverá uma força social suficiente para mudar o atual paradigma. A revolução não acontecerá se não houver inclusão social. Não é a tecnologia, sozinha, que fará isso.

4 – INTENSIFICAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS, SELETIVIDADE NO INCENTIVO E INOVAÇÃO

Esses foram os aspectos desenvolvidos pelo Sr. Carlos Eduardo Young, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Para o desenvolvimento produtivo, como estratégia para a sustentabilidade, considerando seus três vértices — social, econômico e ambiental —, a primeira coisa que chama atenção é o aproveitamento das potencialidades locais.

A exploração desse potencial tem de se dar por um alongamento das cadeias produtivas, mas de forma diferente do que vem sendo tentado tradicionalmente.



permite com o sinal amarelo; e ter a coragem de colocar o sinal vermelho naquilo que nós não queremos.

E nós queremos desenvolver; sim, mas não a qualquer custo, não com qualquer coisa. Nós somos muito bons para colocar o sinal verde, mas péssimos na hora de botar o sinal vermelho.

Por exemplo, a forma convencional como se pensa o desenvolvimento industrial não é satisfatória.

No caso da Região Norte, não é que a Zona Franca de Manaus não tenha trazido efeitos importantes; trouxe efeitos importantes para Manaus, mas muito pouca capacidade de irradiação para o resto da Região.

Então, não se trata de fazer agora uma zona franca no Amapá, uma zona franca no Pará, uma zona franca em cada Estado da Região, porque isso seria impossível, mas, sim, pensar uma nova forma de desenvolvimento industrial que aproveite as potencialidades locais e invista pesado em inovação.

O Professor Young afirma: *"Estamos partindo da ideia de que a sustentabilidade pode ser, sim, uma forma de crescer. Eu insisto muito nisto: políticas de gestão socioambiental não reduzem crescimento, pelo contrário, criam novas fontes. Todo trabalho empírico que nós estamos desenvolvendo lá no Instituto de Economia da UFRJ prova isso. Então, é crescer pela forma diferenciada"*

Trata-se de preservar para gerar crescimento. O crescimento aqui é geração e emprego, geração de atividade e produtividade. O problema é que nem tudo o que gera emprego, nem tudo o que gera produtividade é bom. É preciso selecionar aquilo que interessa.

Nesse sentido, o pulo do gato está na inovação. É preciso fomentar a capacidade de inovar. Inovação em todos os sentidos: novos produtos, novas tecnologias, novos processos, novas matérias-primas. O conceito de inovação é muito mais amplo do que o usualmente trabalhado, e tem sido o grande gargalo.

Ele lembra que o Prof. Adalberto Val, Presidente do INPA, tem repetido sistematicamente as estatísticas sobre inovação e ciência e tecnologia na Amazônia. Os números são realmente preocupantes, tão preocupantes que, para compor uma Mesa dessa, traz-se gente de fora. Lembra que naquela data deveria estar em Macapá, em um evento de extrativismo, e que havia perdido uma reunião do Conselho da Fundação Amazonas Sustentável em Manaus, para poder estar presente



E aqui cabe, de novo, a questão da seletividade. Existem fundos, existem mecanismos, mas precisam ser seletivos, como é o caso do crédito agrícola, que detonou todo o debate sobre o Código Florestal.

Para privilegiarmos os empreendimentos que devem avançar, precisamos cortar o que não queremos. Nesse sentido, a questão do financiamento é passível, no fundo, de uma reforma tributária verde que não temos coragem de assumir.

Um detalhe importante: com a redução das taxas de juros, as políticas creditícias vão ser menos importantes. As políticas de fomento mais importantes serão as tributárias. E não estamos nem iniciando um processo de incorporação da externalidade, do custo oculto no valor daquilo. Se se discute o custo do transporte da hidrovia *versus* o da rodovia, qual o custo real da rodovia para a sociedade como um todo, com toda a disruptão, com toda a tragédia que as rodovias trazem? Isso não se contabiliza. Então, precisamos incorporar isso que chamamos de externalidades: o poluidor paga, quem destrói paga, para você poder, com esse recurso, financiar quem protege.

Essa transformação é possível. Há que se concentrar no como fazer, aproveitando a potencialidade, ao invés de tentar exóticamente criar fábrica de motocicleta, fábrica de televisão, produtos que não têm nenhuma relação com a cultura regional.

O contrário disso, como exemplo, é a indústria naval. É fascinante viajar pela Amazônia e ver a variação dos barcos ao longo de toda bacia. Existe um enorme potencial para isso. Para isso, inovação e seletividade são essenciais.

E é o Estado que tem de liderar isso, tanto a União quanto o Estado subnacional. Precisamos desenvolver uma forma muito mais construtiva de diálogo do que a que tem sido agora conduzida pelo curíssimo prazo de quem apoia quem na próxima eleição.

A complexidade é grande. O aproveitamento dessas potencialidades exige uma nova forma de ocupação do espaço. O espaço não é aquele espaço predatório para ser ocupado de forma mais rápida ou mais barata possível, mas de melhor transformação.

Qualidade de vida tem que ser o carro-chefe dessa história toda. Não se quer apenas uma indústria; quer-se uma indústria que mude para o bem o que tem de ser



Uma das soluções seria a expansão da produção de dendê, por exemplo, através da produção familiar organizada em torno de cooperativas de moagem e de extração de óleo.

Isso se discute há mais de 15 anos e não sai do papel, apesar de o INCRA finalmente ter aceitado fazer assentamentos para produção de dendê com apoio da empresa Agropalma. Mas nada anda, e o Brasil produz, ridgidamente, 300 mil toneladas de óleo de palma, tendo potencial para produzir cem vezes mais. A Malásia, com uma área dezenas de vezes menor, produz milhões de toneladas de óleo de palma.

Ele finaliza dizendo que na Amazônia há uma contradição, um conflito entre floresta e agropecuária que não deveria existir, que não precisa existir. Existe apenas porque os agentes locais e o Estado não controlam a apropriação das terras devolutas no País. É esse o fato.

5 - COMO UMA NOVA ABORDAGEM MAIS SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA RELACIONA-SE COM A SITUAÇÃO ATUAL NO NORTE E NORDESTE NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO QUE DIMINUA AS DESIGUALDADES REGIONAIS

Esse foi o debate proposto pelo Sr. Sérgio Duarte de Castro, Secretário Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

5.1 Uma radiografia do Brasil atual

Em termos de desenvolvimento regional, o País que temos é mais ou menos este: um país onde a Região Nordeste, de ocupação mais antiga, sobretudo litorânea, tem com uma população de 28% do País, perdeu seu dinamismo para o centro-sul e, portanto, ficou com apenas 13% do PIB. Uma região com PIB *per capita* de menos de 50% do PIB *per capita* nacional e cerca de um terço do PIB *per capita* de São Paulo.

A situação do Norte revela, ainda, uma ocupação pequena, com apenas 7,9% da população, apesar de ter 45% da área do País, e 5% do PIB brasileiro.



concentração. É um modelo não só baseado na concentração de renda, mas na concentração regional e na não sustentabilidade ambiental, porque esse também é o período da Transamazônica, da ocupação da expansão da fronteira agrícola sem critérios. Enfim, trata-se de um modelo de desenvolvimento perverso em todos os seus aspectos, apesar de extremamente dinâmico. Essa é uma questão de escolha e de momento. Se nós formos olhar a história de diferentes países, nós temos escolhas e modelos diferentes.

Nos anos 80, com a perda da capacidade de crescimento, com a crise, a desigualdade reduziu, nós paramos de aumentar a desigualdade. Mas nós passamos a viver, sobretudo a partir do ano 2.000, uma nova realidade no Brasil. Nós estamos conseguindo, pela primeira vez na história, inverter de maneira muito forte aquelas duas curvas. Nós conseguimos engatar um novo projeto de desenvolvimento no País. E esse é um esforço não de um governo, mas um esforço do Brasil, com todas as suas dificuldades para engendar um novo projeto de desenvolvimento. E esse novo projeto de desenvolvimento tem passado pela construção, no Brasil — e esta Casa teve um papel importante nisso, a partir de 1988, sobretudo com a nova Constituinte —, de um certo consenso político sobre a necessidade de se enfrentar a dívida social, o que se traduziu num conjunto de ações concretas, especialmente no que se refere a recursos na política social, no sentido de reduzir esse quadro.

E faço questão de dizer que isso não é coisa de um governo, ou de um partido somente, mas das diversas esferas de governo. Basta ver os dados do gasto público social, no âmbito municipal, estadual e federal, que cresce fortemente nesse período, através de um conjunto de ações e programas sociais que mudam o Brasil de maneira muito forte, ou começam a mudar o Brasil de maneira muito forte durante esse período. Observando uma série de indicadores percebe-se: 1 - o aumento do salário mínimo real extremamente expressivo nesse período; 2 - a desconcentração de renda muito clara na última década; 3 - a queda muito acentuada da extrema pobreza; 4 - a mudança da pirâmide social, quer dizer, o aumento da classe média no Brasil.

No caso dos indicadores do desenvolvimento sustentável, embora tenha havido certos avanços, eles mostram também o tamanho do desafio que o Brasil ainda tem nesse campo. Nós podemos ver a questão da redução do desmatamento na Amazônia ou a expansão da coleta de lixo tratado no Brasil, que mais do que duplicou nos últimos 20 anos. Apesar de que, nesse caso, a questão regional se impõe, ou seja, a coleta de lixo tratado mais que duplicou nos últimos 20 anos, mas, se eu pego as Regiões Sul e Sudeste, elas têm mais de 80% do seu lixo tratado, enquanto as



condição necessária para sustentar o próprio processo de desenvolvimento de um novo modelo no País.

É preciso casar isso com a questão da sustentabilidade. Um modelo que seja não só sustentável do ponto de vista social, mas também do ponto de vista ambiental. As possibilidades nesse campo são extremamente importantes neste momento no País, porque o grande potencial de desenvolvimento dessas regiões, que são as menos desenvolvidas no País, está exatamente no seu potencial endógeno, no que se refere à capacidade de explorar os seus recursos naturais de maneira sustentável.

No caso da Amazônia, em diversos aspectos, está claro o potencial que nós temos de produção e de geração de riqueza e de tecnologia, a partir da nossa biodiversidade e das energias renováveis. Então, na verdade, nós temos a possibilidade — e é nisso que apostá neste momento a política nacional de desenvolvimento regional — de promover o desenvolvimento regional muito fortemente associado ao desenvolvimento local, ao desenvolvimento a partir do potencial endógeno das duas regiões, explorando esse tipo de potencial.

Para isso é preciso que nós utilizemos os nossos instrumentos de desenvolvimento regional de forma efetiva, no sentido de promover essa mudança no perfil do desenvolvimento.

Os números dos nossos fundos constitucionais de desenvolvimento regional, nas três regiões, mostram um crescimento bastante expressivo dos recursos que estão sendo despendidos. No Norte e no Nordeste, além do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, estamos fortalecendo o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Criamos agora o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Apesar de já existirem, esses três fundos eram fundos orçamentários, com baixo orçamento, sujeitos a contingenciamento e que não operavam efetivamente. Nós transformamos agora esses dois fundos em fundos efetivamente financeiros, que vão se capitalizar com saída garantida. Então, nós temos ali a previsão de expansão tanto do FDNE como do FDA, e isso ocorre também com o FDCO, e eles vão ter valores muito próximos ao que é hoje o FCO. Se somarmos esses valores todos, temos um recurso muito expressivo do ponto de vista de apoio ao desenvolvimento nas regiões.

Mas o que está acontecendo hoje com esses recursos? Está acontecendo a baixa seletividade, no âmbito dessas regiões, tanto em termos setoriais, de escolhas



Antes de abordarmos o assunto propriamente dito, importa destacar o alerta feito pelo Sr. Ademar Ribeiro Romeiro, Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, a respeito da relevância da Amazônia para o Brasil.

Ele ressalta que a Floresta Amazônica representa um patrimônio não apenas mundial, mas nacional. É preciso não esquecer isso. Porque há uma tendência em se dizer que interessa ao mundo que a Amazônia seja preservada — refiro-me à massa florestal da Amazônia —, mas isso interessa, sobretudo, aos brasileiros, às gerações futuras de brasileiros. Para eles é importante a preservação da massa florestal amazônica, porque esta produz serviços ecossistêmicos essenciais para o Brasil.

O INPE vem desenvolvendo estudos sobre os chamados rios voadores, que são jatos de umidade em baixa altitude, que é a água reciclada da Amazônia transportada para o centro-sul e representa uma parte significativa das chuvas na região centro-sul do País — para dizer um dos serviços ecossistêmicos que a massa florestal amazônica produz.

Ele segue seu argumento fazendo o seguinte alerta:

"A Amazônia é um patrimônio brasileiro que deveria ser preservado e nós o estamos jogando pela janela. E por que digo jogando pela janela? Porque a expansão da agropecuária, que é o principal concorrente da floresta, é uma expansão desnecessária do ponto de vista estratégico da produção de alimentos para o País. Existem áreas agrícolas sobrando no Brasil inteiro. Portanto, do ponto de vista do interesse estratégico da Nação, é puro desperdício a expansão agropecuária na Amazônia. E, do ponto de vista das populações da Amazônia — porque é importante —, muita gente diz o seguinte: vocês querem preservar a floresta, mas e as populações amazônicas? Elas vão pagar um preço elevado? Não. Em primeiro lugar porque, hoje, a Amazônia já é urbana — diga-se de passagem. A população urbana da região já ultrapassou a população rural e cada vez mais as fontes de emprego na Amazônia serão urbanas, industriais, terciárias, etc. Naturalmente, a agricultura vai perdendo peso, até porque — e aí entra o lado mais trágico —, como o Carlos Young já mencionou aqui, existe lá uma agricultura baseada em pecuária extensiva de baixíssima produtividade, embora com alta lucratividade — o que, na verdade, é uma maneira de obter rendimentos da especulação fundiária.

Portanto, estamos fazendo a pior coisa possível na Amazônia, quer dizer, expansão sobre a floresta de uma agropecuária de baixa produtividade. É um



nova produção adicional para suprir a demanda, se aumentássemos a produtividade? A produtividade média atual é em torno de 80 quilos por hectare por ano. Os dados de campo e de pesquisas mostram que isso pode chegar a 300, na média. E, se melhorarmos a produtividade nos pastos que já existem, fazendo isso só em 12% daquela área do pasto, dos 40 milhões citados, conseguiríamos atender a toda essa demanda projetada até 2022. Isso é só um pequeno exemplo de que nós podemos produzir muito mais. Até 2022 não é preciso desmatar mais, devendo-se melhorar a produtividade numa área pequena; nem é preciso melhorar nos 100% do pasto que está lá — só é preciso melhorar em 12%. Então há um caminho a ser seguido, porque temos bastante desperdício e podemos melhorar bastante a produção.

É importante refletir que, se as pessoas estão dizendo e as pesquisas estão mostrando que é possível melhorar a produtividade, por que isso já não está acontecendo de forma mais rápida? Por que ainda temos tanta área mal utilizada?

Como também se manifestou o Sr. Paulo Moutinho, Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, aumentar a sustentabilidade da agricultura e da pecuária é fundamental, pois sem uma agricultura forte e uma pecuária intensificada, será impossível manter floresta em pé.

Ele já trabalha há 20 anos na Amazônia e diz não identificar ninguém que esteja lá em condições difíceis que concorde com o discurso de que vamos conservar porque é importante. É preciso ter os mecanismos de desenvolvimento, os mecanismos de governança. Portanto, se se quiser preservar grandes extensões de floresta, será necessário investir em uma agricultura sustentável, em uma pecuária sustentável e intensificada.

7 – O ESTÍMULO AO DESMATAMENTO E AS BARREIRAS AO INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo o Sr. Paulo Barreto, há dois blocos de problemas: existem ainda alguns estímulos a esse desmatamento excessivo, e, de outro lado, há barreiras ao investimento. Tem-se área que está desmatada, tem-se alguém que quer investir, mas ainda há alguma barreira.

Na área de estímulo ao desmatamento, um problema grave é que parte da Amazônia ainda é vista como um espaço de especulação. O Brasil tem na Amazônia



produção. Ocorre que não têm as áreas próprias agora e querem investir arrendando áreas, fazendo contratos com as pessoas para incentivá-las a produzir, para depois comprarem a produção. O problema é que, por serem certificados, eles têm de cumprir critérios na área fundiária e na área ambiental e, por isso, não têm conseguido as áreas que desejam. De cem áreas que eles tentaram conseguir com produtores pequenos e médios, eles só conseguiram doze áreas. Ou seja, está lá uma pessoa que tem capital, tem conhecimento, querendo investir naquela região, e ela consegue investir muito menos do que poderia porque há várias barreiras ligadas à insegurança fundiária, o que ainda é um problema grave.

Há um programa agora do Governo Federal para regularizar a situação de 67 milhões de hectares; mas este tem avançado lentamente. Ou seja, há muitas áreas nessa situação de posse irregular, e isso dificulta a quem queira fazer um investimento sério. As regras ambientais estão sempre mudando, o debate sobre o Código Florestal continua, e algumas áreas têm um problema de infraestrutura precária. Também, em geral, a situação de pesquisa e educação ainda é bastante precária. Tudo isso faz com que os riscos e os custos de investimento sejam bastante elevados, o que acaba gerando um conjunto de problemas para quem quer investir.

Nesse ambiente em que o risco é alto só investe quem vai tirar um retorno muito alto e rápido, e geralmente consegue-se isso com a atividade ilegal. Então temos, na Amazônia, um cenário muito propício para quem é ilegal. Para quem quer fazer tudo com todos os critérios, é um cenário bastante difícil.

Como avançar? Então, há que se atacar aqueles dois problemas: um é o combate ao desmatamento; o outro é remover as barreiras ao investimento, por meio daquelas atividades que todo mundo sabe que têm que ser feitas, tais como melhorar a infraestrutura, a educação.

Existe outra ferramenta que é importante: o Imposto Territorial Rural. Ao cobrar as taxas mais elevadas para quem que está sendo improdutivo, ele vai tornar aquelas áreas mais produtivas.

Há um efeito desse quadro que tem a ver com desigualdade, pois pessoas que poderiam investir não estão investindo naquela área, porque aquele uso está sendo especulativo, o que impede a criação de mais empregos, mais oportunidades para quem hoje está excluído.



"Amazônia para lá, Amazônica para cá, em todas as tribunas, em todas as agendas, em todas as pautas. Entretanto, eu acho que esse discurso está demorando muito a se consolidar de fato, a se transformar em realidade.

O que é consolidar? Nós queremos ver a Amazônia mais presente nos PPAs, nos orçamentos. Se não existe orçamento, se não existe dinheiro, se não há vontade de investir, ou se a vontade não é traduzida nos orçamentos, nós não estamos traduzindo os nossos discursos em prática e em realidade. Essa história de Amazônia estratégica, Amazônia que vai transformar o Brasil, Amazônia um diferencial competitivo deste País, por sua riqueza, por sua biodiversidade, por seu tamanho territorial, por seus fartos recursos hídricos não se tem concretizado.

São inúmeros os exemplos dessa falta de tradução. Eu moro num Estado com 61 Municípios, e não há sequer um mamógrafo funcionando em nenhum deles. Em 61 Municípios do interior não há um mamógrafo sequer. Biodiversidade rica, fartos recursos, é solução para o Brasil, mas temos 0.3 médicos por mil habitantes na Amazônia e no meu Estado também. Enquanto a OMS propõe pelo menos um médico para mil habitantes, nós temos 0.3, para mil habitantes.

Acho, e tenho dito que as condições e características da Amazônia são suficientes para justificar a cobiça do mundo por aquela região. Mas falta um país cobiçar a Amazônia: o nosso. O Brasil precisa cobiçar a Amazônia. E pelo que nós ouvimos aqui, pelo que ouvimos do nosso companheiro Paulo Barreto, nós estamos queimando e destruindo aquilo que o mundo cobiça".

9 – OS ESFORÇOS DE PRESERVAÇÃO PRECISAM SER RECOMPENSADOS

Este é o ponto de vista defendido pelo Sr. Paulo Roberto de Souza Moutinho, Diretor-Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia — IPAM.

Ele questiona o falso dilema que está no nosso discurso e no discurso dos governantes de que precisamos conciliar crescimento econômico com preservação ambiental, conciliar redução de pobreza com preservação ambiental.

É preciso quebrar esse raciocínio e passar para um outro, em que a preservação ambiental seja uma alavanca importante para o crescimento econômico.



estadual para pagamento de serviços ambientais. O Acre avançou muito com seu programa SISA; Mato Grosso está terminando e submetendo a sua legislação, nesse sentido, à Assembleia; o Pará, por meio dos Municípios Verdes, há uma discussão de longa data extremamente diferenciada e produtiva nesse sentido. Os Estados não estão esperando processos de cima para baixo, estão construindo, junto com a sociedade e o Governo Federal, esse novo momento da Amazônia em termos de valorização florestal.

10 – O USO SUSTENTÁVEL DOS PRODUTOS FLORESTAIS

Segundo Paulo Moutinho, precisamos de um PAC florestal. É preciso que o ativo florestal brasileiro seja encarado dentro de um grande programa de desenvolvimento. As políticas públicas devem aumentar a escala de incentivos financeiros para conservação e uso sustentável da floresta, e, finalmente, a legislação precisa ser eficiente e perene. Ela não pode ser mutável. Não se pode trabalhar com a ideia de mudar a legislação hoje para que se adeque ao que não foi cumprido e, daqui há 5 anos, mudá-la novamente para adequar-se aos descumprimentos de agora.

Há também todo um caminho ainda a ser feito de valorização do manejo florestal. Há uma previsão de dados do Serviço Florestal Brasileiro e do IBAMA de que haverá uma queda na produção madeireira na Amazônia, oriunda de áreas privadas. Há uma demanda que tem de ser atendida. De onde essa madeira virá, no futuro, se houver mais pressão, especialmente sobre a exploração ilegal de madeira? A resposta está nas mãos do Governo Federal e do Governo do Estado do Amazonas. Há uma amplidão de áreas públicas com florestas ainda não destinadas pelo Governo Federal ou pelo Governo Estadual que poderiam se tornar áreas de produção madeireira, dando mais segurança à produção de madeira futura e àqueles que querem fazer o manejo correto. São florestas ainda não destinadas que poderiam ser muito bem alocadas para constituírem FLONAs. Sob o Governo Federal, são cerca de 9 milhões de hectares na Amazônia.

Ao que parece, cerca de 35% da extração de madeira atualmente ainda é ilegal e muito pouco tem vindo das concessões florestais que o serviço florestal tem feito. Portanto, há um grande potencial, que temos que destinar agora a essas áreas florestais, caso contrário, elas estarão nas mãos de grileiros.



canalizar incentivos fiscais, ou isenção fiscal, para aquelas empresas que têm uma orientação sustentável.

13 – A AUSÊNCIA DO ESTADO E DE GOVERNANÇA NA AMAZÔNIA

Conforme mostrou o Deputado Praciano, na maior parte da Amazônia não há médicos, nem professores. A presença do Estado somente acontece quando a degradação da floresta é consumada.

Paulo Moutinho, por fim, acentua que o Estado precisa chegar antes da infraestrutura. O Estado precisa chegar antes do desmatamento. E isso não ocorre. Ele vem sempre a reboque.

Existem comunidades de 5 mil pessoas ao longo da BR-163, onde ninguém votou na última eleição, onde não há posto de saúde, não há polícia, não há Ministério Público, não há Polícia Federal, e assim por diante. Então, a intensificação e o aumento de governança podem segurar bastante o avanço do desmatamento com todas as suas mazelas.

Os desafios são muitos, mas eu acho que o Brasil reúne, como poucos países, senão o único, condições necessárias para fazer a revolução para a economia verde, que é o único cenário viável para um futuro bem próximo.

14 – A DESONERAÇÃO DA PRODUÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

Esse foi um dos aspectos abordados pelo Sr. Aloísio Lopes Pereira de Melo, Coordenador de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Ele pensa que há um conjunto de iniciativas a serem tomadas nesse sentido, e que o Governo Federal pode, sim, e deve acionar outros instrumentos para além dos que já tem acionado.



16 – APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO NA AMAZÔNIA E O POTENCIAL DE FONTES ALTERNATIVAS

Esta mostrou ser uma questão bastante polêmica e iniciamos com a visão proporcionada pelo Sr. Emílio Lèbre La Rovere, Professor do Programa de Planejamento Energético do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Coordenador do Laboratório Interdisciplinar do Meio Ambiente da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

16.1 Hidrelétricas na Amazônia

Para o debate sobre a questão da energia hidroelétrica na Região Norte, ele, inicialmente, chama a atenção para um plano recentemente publicado pela Agência Nacional de Águas, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônia — Afluentes da Margem Direita, que são justamente os afluentes em que se começa agora o aproveitamento hidrelétrico, que são mais próximos dos centros de consumo.

Esse plano tem realmente uma discussão estratégica de grande relevância, para compatibilizar energia hidrelétrica com outros usos dos recursos hídricos e com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Plano da Margem Direita está dentro do Plano Amazônia Sustentável. A ideia é ter um enfoque preventivo. É preciso aprender a fazer hidrelétricas de outra forma na Amazônia, para evitar os impactos ambientais.

Há agora uma segunda safra de usinas com reservatórios bem menores, utilizando turbinas bulbo, a Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. Está sendo anunciada agora uma terceira safra tecnológica, as usinas plataformas, justamente na Bacia do Tapajós. A ideia é que se tenha a preocupação com a sustentabilidade desses empreendimentos, desde a sua concepção, agora em um patamar bem mais elevado.

Agora, existe uma série de questões ambientais delicadas na Região Amazônica. A quantidade de unidades de conservação e de terras indígenas é muito grande.



Então, é fundamental pensar, na Bacia do Tapajós, uma estratégia nesse sentido e que cheguemos realmente à outra concepção de aproveitamento do potencial hidroelétrico.

O Sr. Emílio La Rovere acredita que a Bacia do Tapajós vai ser estratégica justamente pelo papel chave de mostrar a viabilidade de um novo paradigma. Caso esse paradigma se concretize, caso consigamos superar esse desafio, o que não vai ser fácil, aí estará aberta a via realmente para podermos usufruir de um potencial hidroelétrico com seus benefícios para o desenvolvimento da região e do País como um todo, inclusive permitindo à nossa matriz energética permanecer renovável e evitar as termoelétricas a combustíveis fósseis e os riscos da tecnologia nuclear ainda não completamente equacionados.

Com relação ao aproveitamento hidrelétrico da Amazônia, o Sr. Sérgio Leitão, Diretor de Políticas Públicas da Organização não Governamental Greenpeace, tem posição bastante diversa da apresentada pelo Sr. Emílio La Rovere.

Ele reivindica que não mais se discuta como é possível fazer hidrelétrica na Amazônia, mas que se tome uma decisão de não mais fazer, porque não existe base para fazer as hidrelétricas que não seja de modo autoritário, destruindo o meio ambiente e afetando a vida de milhares de agricultores.

Os dados todos demonstram que elas não são necessárias. O País não precisa e não tem inclusive legitimidade para exigir isso dos amazônicas, em termos de espécie de oferta de sacrifício, porque o Brasil tem, entre aqueles que integram o G-20, são 20 países, o segundo pior desempenho em termos de eficiência energética. O País só ganha da Arábia Saudita, e a Arábia Saudita não é exemplo de necessidade de economizar energia. A fonte é a Agência Internacional de Energia; o estudo foi feito com base no período entre 1999 e 2005. Eles analisam quanta energia é utilizada para produzir uma unidade de PIB.

Sobre a alternativa tecnológica de se construir as usinas com o conceito de plataforma, ele faz o seguinte questionamento: se plataforma não afetasse, Macaé, no Rio de Janeiro, não teria problema algum. O que é uma plataforma de petróleo? É uma coisa que está muito longe e que não deveria trazer prejuízo nenhum. Em várias cidades da Região dos Lagos o que se menos viu foi progresso. Pode-se ter muita riqueza, mas isso não significa progresso, significa concentração, significa prostituição, significa violência, significa tráfico de drogas. Isso é o que recebe a Amazônia hoje. É isso o que está recebendo Altamira, não é progresso.



não se devam fazer as hidrelétricas, fazendo as contas, é muito difícil que o Brasil possa prescindir desse potencial.

O Sr. Emílio La Rovere pensa que a discussão é mais para o plano de expansão de longo prazo, mais do que para o plano decenal. Mais para um horizonte de 2030, 2040, quando inclusive a energia solar vai poder ter um papel mais importante da forma como já vimos com a eólica. Já teremos mais resultados vindos da Carta do Sol, que está seguindo o caminho da Carta dos Ventos, a resolução da ANEEL, etc.

A geração hidrelétrica na Amazônia e a construção de algumas barragens com reservatórios poderão permitir a regularização que pode ser benéfica também — claro, com todas as precauções colocadas sobre como fazer as hidrelétricas de forma diferente e mais sustentável na Amazônia.

Ele recomenda a leitura do estudo citado, mesmo sendo um estudo inicial, apesar de terem sido feitos também outros cenários dentro desse próprio plano da margem direita do Amazonas, da ANA, e refeitos os cálculos. Em algumas bacias, o problema é mais grave. Por exemplo, na Bacia do Xingu há uma diferença entre a vazão média e a vazão máxima muito maior do que, por exemplo, na Bacia do Patajós — isso tem de ser verificado. Então, a necessidade de regularização varia de acordo com a bacia.

Mas, é claro, que há uma ameaça e ainda há muitas incertezas. O conhecimento científico e os cenários globais ainda não são capazes de nos dizer, por exemplo, que se, com o aquecimento global e com a mudança da floresta, — alguma savanização de algumas regiões na Floresta Amazônica — haveria uma redução na precipitação média ou um aumento. Todos esses cenários globais apontam para o aumento da temperatura, temperaturas mínimas, médias e máximas na Amazônia. Variam na intensidade. Há incerteza sobre a magnitude, mas, em relação à precipitação, ainda há incerteza inclusive sobre se vai aumentar ou diminuir. Combinado com o desmatamento antrópico — que, felizmente, conforme os dados apresentados pelo MMA, está sendo controlado e está diminuindo bastante anualmente —, isso pode afetar, evidentemente, a vazão média dos rios.

De qualquer forma, o que já se sabe e que já está em curso, é que, independentemente da perda de vazão média, haverá um aumento da concentração da precipitação, que já está sendo registrado por estudos — do INPE, por exemplo — de clima da região dos últimos 30 anos. Ou seja, chuvas mais intensas e também



tanto quanto seria o meu ou o de qualquer brasileiro. Ou entendemos isso ou não temos legislação ambiental.

16.3 O potencial das fontes alternativas

Iniciamos este tópico com a observação do Sr. Carlos Eduardo Young, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, que diz causar espanto a realidade de pequenas comunidades isoladas que não têm energia elétrica, enquanto estão cercadas por energia. Até hoje não se desenvolveu o potencial termelétrico com geração de biomassa para pequenas unidades. Então, há a queima *diesel*, que tem de vir de barco. O potencial de biomassa, dos óleos, das sementes é gigantesco, e ainda não se trabalhou nisso.

O Sr. Sérgio Leitão faz, então, uma panorâmica sobre as fontes disponíveis e ainda não exploradas na Amazônia.

Inicia com o potencial daquilo que se chama de bioeletricidade, que, segundo ele, é completamente desperdiçado, vira simplesmente fumaça nas madeireiras. Elas deixam de aproveitar todo o resíduo da madeira, que poderia estar gerando energia de forma correta, sustentável, inclusive com créditos de carbono, com rendimentos aos proprietários da madeireira. É o exemplo da empresa Mil Madeireiras, no Município de Itaquatiara, que faz o aproveitamento e que, infelizmente, não se conseguiu ainda transformar em política pública.

Em segundo lugar ele cita os lixões. Tem-se hoje uma população amazônica de mais de 20 milhões de habitantes e grandes cidades como Manaus, que, infelizmente, padecem de problemas, como todas as grandes cidades brasileiras, com lixões a céu aberto, que pela nova lei da política de resíduos sólidos têm de acabar até o ano de 2014 e que poderiam aproveitar esses lixões para gerar energia, utilizar o metano para a produção da energia também com crédito de carbono, a exemplo do que foi feito em São Paulo, no Aterro Bandeirantes.

Essa é a política daquele famoso ganha-ganha: eliminam-se os lixões, produz-se energia, não deixa o metano tornar-se uma coisa perigosa como é em todo o País e gera-se energia a um custo muito mais baixo.



alguma coisa em torno de 25 megawatts. Então, nós temos um potencial imenso também nessa área de energia eólica.

Sobre as possibilidades das fontes alternativas acima citadas, o Sr. Ricardo Padilha, Gestor de Políticas da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, assim se manifestou:

"Acho que uma coisa que foi dita — lembrar da possibilidade de geração pelos cidadãos da sua própria energia — também é viável. Acredito que pequenas fontes de captação de energias em casas, em condomínios, em prédios podem ser também estimuladas.

Acho que o Governo terá sabedoria, e o Estado brasileiro idem, de incorporar boa parte dessas novas tecnologias e dessas possibilidades, lembrando apenas o seguinte: que 100 anos atrás boa parte dessas possibilidades simplesmente não existiam, porque não existia tecnologia. Portanto, estamos sob um novo olhar e uma nova possibilidade política, porque as bases científicas e econômicas foram alteradas e podemos ter novas janelas de oportunidades".

17 – TRANSPORTE HIDROVIÁRIO NA AMAZÔNIA

Para falar sobre este assunto, esteve presente ao Simpósio o Sr. Waltair Vieira Machado, Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas — UFA e Coordenador do Projeto Transporte Hidroviário e Construção Naval na Amazônia — THECNA, que fez as considerações que se seguem.

Segundo ele, sob o prisma da logística nacional, as hidrovias do Norte ocupam posição estratégica, na medida em que suas águas cortam transversalmente essa Região, conectando o Centro-Oeste, do rio Madeiras, Tapajós, Tocantins, enfim, com os mercados europeus e norte-americanos, com vantagens em relação aos portos no Sul do país, e ainda verificando a possibilidade da interligação via hidrovia do Solimões para a conexão com o Pacífico, e dali em direção à Ásia.

Sua importância para a sociedade é evidente, principalmente devido à precariedade das malhas rodoviária e ferroviária na região, o que a torna



instalação de várias indústrias, inclusive de grande porte, e movendo para lá todos os pequenos e médios estaleiros que hoje estão em operação.

As áreas de investimento desse polo ocupam uma orla de 35 quilômetros abaixo do conhecido encontro das águas e se pretende lá instalar toda a cadeia produtiva possível da indústria naval, um megaterminal de cargas, e também um parceiro importante, que é a atividade militar voltada à segurança de toda aquela região.

Todo esse processo foi pensado e conseguido, por meio de um projeto financiado pelo Fundo da Marinha Mercante, que deu origem a boa parte de todos esses estudos, que é o Projeto THECNA — Transporte Hidroviário e Construção Naval na Amazônia. Ele teve o propósito de fortalecer a atividade de geração de conhecimento e de diagnóstico da Região; visou o transporte de passageiros, de carga, indústria naval; enfim, a articulação de todo o setor.

A área alcançada e as linhas troncais estudadas foram: Manaus/Porto Velho, Manaus/Tabatinga/Santarém, Manaus/Belém, Belém/Macapá, Belém/Santarém e Macapá/Santarém. Foi traçada a matriz origem/destino, o número de embarcações, o tempo de espera. Ou seja, todos os indicadores e os parâmetros envolvidos nessa atividade: o perfil da frota, tempo, material, tipo de casco. Tudo isso foi levantado, e também o perfil dos operadores, dos armadores; o perfil dos terminais — se é que a gente pode chamar aquilo de terminal. Foram pesquisados vários portos nas cidades de Belém, Macapá, Santarém. Toda a estrutura relevante envolvida no transporte hidroviário foi analisada.

Quanto ao transporte de passageiros, foram pesquisadas 10 mil pessoas. Trezentos e setenta e duas mil pessoas foram encontradas viajando no ano de 2006, e uma projeção de 440 mil pessoas estavam trafegando nessa região, em 2011.

A realidade dos terminais, no entanto, não é nada agradável. Vários problemas de desorganização do setor foram encontrados: descumprimento de horários, muito tempo de espera, divergência de dados com os da capitania de portos. Todo um elenco de dificuldades foi levantado e, com isso, permitimos fazer o planejamento adequado para essa iniciativa que foi proposta.

O atual perfil: 90% de pessoas reclamando de tempo de espera; 80% reclamando da segurança. Enfim, de fato, o transporte é muito importante, mas requer uma atenção fantástica.



“No que diz respeito a transporte, propõe-se criar uma linha de crédito para a renovação da frota da Amazônia, nos rios da Amazônia, com 10% dos recursos do Fundo da Marinha Mercante, subsidiado pelo Tesouro Nacional, e assim atender a pequenos e médios estaleiros artesanais na Amazônia. A linha de crédito teria subsídio de até 50%, com 6 anos de carência e 20 anos para pagar. Os motores velhos e inadequados que provocam acidentes com escalpelamentos, com perda total das cargas transportadas, seriam dados como entrada e tirados de operação. Esta é uma necessidade premente na Amazônia, pois esse tipo de acidente é cruel. A proposta é simples: instalar nos institutos federais cursos de navegação fluvial.”

“Em um esforço próprio, apresentei emenda para criação desse novo curso, no meu Estado, no Instituto Federal de Educação. Seria para a Amazônia — nem é para o Brasil inteiro —, para pequenos e médios fabricantes de embarcações, pois esses estaleiros estão completamente fora de qualquer uma das propostas apresentadas aqui. Eu até notei que o Sul e o Centro-Oeste consideram pequeno, não é pequeno para nós, na Amazônia. São barquinhos de 20, 30 toneladas, ou menores ainda, para fazer o transporte das crianças para a escola na própria comunidade”.

18 – A ENERGIA EÓLICA E AS PERSPECTIVAS PARA O NORDESTE

Antes de iniciar este tópico, o Sr. Emílio Lèbre La Rovere, da COPPE-UFRJ, apresentou um quadro da matriz energética brasileira e fez algumas considerações sobre ele.

Segundo o Professor, tomando a geração elétrica somente, segundo dados de maio de 2012, da ANEEL, há forte predominância das energias renováveis, com 70% de hidroeletricidade, 7% de biomassa, sendo que a eólica já aparece com pouco mais de 1%, enquanto os combustíveis fósseis e mais um pouco de energia nuclear têm menos de 20% na geração total em 2010.

Já temos uma matriz energética, em particular de geração elétrica limpa, mas há perspectivas de melhorar bastante esse desempenho graças ao potencial ainda disponível.



importante termos fábricas nas regiões em que há potencial eólico para viabilizar a fabricação e a instalação dos parques eólicas.

Com o mecanismo de leilões do novo modelo de setor elétrico, as energias renováveis têm sido apoiadas e temos visto, nos últimos 5 anos, um expressivo crescimento da energia eólica, começando com o PROINFA e depois os novos leilões.

Obviamente, em termos ambientais, caso não dispuséssemos das energias renováveis, estaríamos emitindo muito mais gases de efeito estufa e essa é uma contribuição expressiva que tende a crescer ainda mais no futuro.

O Professor La Rovere termina enfatizando que há algumas lições aprendidas com a energia eólica. Graças ao marco legal regulatório e às políticas públicas, conseguimos parcerias público-privadas que nos últimos anos estão propiciando um crescimento expressivo dessa fonte, com a fabricação dos equipamentos no Brasil, inclusive com potencial de exportação. Temos ainda algumas dificuldades na conexão dos parques, pois as linhas de transmissão muitas vezes não estão acompanhando essa velocidade de crescimento. Há, muitas vezes, atrasos, e em alguns casos, os parques eólicos ficam prontos antes das linhas de transmissão, o que obviamente é um problema que tem de ser sanado, mas nada que comprometa estruturalmente. Nós temos uma condição excelente para a energia eólica crescer no Brasil, em particular na Região Nordeste.

19 – É PRECISO RACIONALIZAR O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SEMIÁRIDO

Segundo o Sr. Ademar Ribeiro Romeiro, da UNICAMP, no caso do Nordeste, o desafio fundamental é o que fazer no semiárido. Ele considera que é preciso parar-se com essa demagogia de que é possível fazer todo o semiárido florescer. Existem limitações no semiárido. O semiárido não é homogêneo. Existem áreas que são melhores, obviamente — e por isso mesmo são mais ocupadas —, e outras áreas do semiárido são piores e, certamente, têm menos gente.

Então, é preciso focar e limitar, até porque o colapso demográfico também chegou ao Nordeste. Então, a demanda por terras e por políticas agrícolas, a médio e longo prazos, na região semiárida deverá diminuir. E nesse sentido é bom. Mas também lá há falta de foco nas políticas agrícolas. Tentou-se um programa chamado



Considera, o Professor Candiotti, que o turismo comunitário, embora não seja a solução dos problemas, é uma boa alternativa para as regiões norte e nordeste que já vem sendo desenvolvida em alguns lugares.

Ele enfatiza que, para falar em turismo sustentável, as populações dos núcleos receptores devem conhecer as consequências positivas e negativas do desenvolvimento para refletirem sobre a viabilidade da atividade e ter maior poder de decisão.

Nesse sentido, o turismo comunitário é uma contraposição ao turismo chamado convencional e ao turismo sustentável oficial e, apesar de minoritário, ele vem crescendo no Brasil e na América Latina. Através da articulação em redes, as populações locais, ONGs e outros atores sociais vêm construindo projetos de desenvolvimento do turismo pautados em outros valores para além do econômico.

Entre as diretrizes do turismo comunitário, estão a ideia de projetos coletivos de base familiar, a manutenção das atividades econômicas tradicionais, o planejamento e a gestão, a ética e a solidariedade, a questão da geração e distribuição equitativa, a valorização da diversidade cultural, a cooperação, entre outras.

O turismo comunitário tem-se desenvolvido em redes e Candiotti chama a atenção para três dessas redes; a REDTURS, que é a Rede de Turismo Comunitário da América Latina; a TURISOL, que é a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário; e a TUCUM, que é a Rede Cearense de Turismo Comunitário.

A REDTURS envolve 13 países, pautados nessa ideia de autogestão e de protagonismo. A TURISOL, que é a rede brasileira, também tem os mesmos fundamentos das diretrizes citadas e tem, hoje, 13 projetos em oito Estados brasileiros. E a Rede TUCUM, que é específica do Ceará, funciona em 13 comunidades litorâneas e em nove municípios cearenses, com o objetivo de garantir às populações tradicionais a permanência em seu território e também oferecer aos viajantes uma oportunidade de conhecer a realidade dessas localidades e suas populações.

